



PETROBRAS

Vítima permanente da mão pesada do Planalto

Fritura de Jean Paul Prates mostra que o comando da empresa, independentemente do governo, sofre pressões para adotar medidas que nem sempre são exemplos das melhores práticas de gestão e que não vão ao encontro da preservação da estatal

» FERNANDA STRICKLAND
» FABIO GRECCHI
» HENRIQUE LESSA

A fritura de Jean Paul Prates à frente da Petrobras reacende uma discussão que permeia a trajetória da principal empresa brasileira — os efeitos da intervenção da Presidência da República e a extensão dos danos que isso causa à petroleira. Luiz Inácio Lula da Silva não é o primeiro a tentar determinar o papel da estatal, mas, para especialistas ouvidos pelo **Correio**, ao menos acreditava-se que esse tempo tinha ficado para trás. Sobretudo, chama a atenção a forma ostensiva como o presidente pretende traçar a direção que a Petrobras deveria seguir (veja no quadro abaixo alguns dos exemplos de que nem sempre o comando da estatal primou pela melhor prática administrativa).

O carioca Prates é reconhecido como um homem “do ramo” e qualificado para comandar uma empresa da magnitude da petroleira. Tem mestrado nos Estados Unidos em planejamento energético e gestão ambiental pela Universidade da Pensilvânia e na França, em economia de petróleo e motores — título concedido pelo IFP Energies Nouvelles (Instituto Francês do Petróleo e Novas Energias). Em 2022, ainda senador, relatou o projeto de lei que muda a política de preços da Petrobras e cria uma conta equalizadora para evitar mudanças abruptas nas bombas nos postos de combustíveis.

Prates foi escolhido por Lula para presidir a estatal ainda na transição de governo. Isso incomodou setores “desenvolvimentistas” do PT, que foram ultrapassados na indicação de um nome mais alinhado com o que pretende, hoje, o presidente da República — que a Petrobras retome investimentos em refinarias e financie a retomada da indústria naval brasileira, foco antigo de projetos megalômanos, escândalos e fracassos.

Segundo o economista Otto Nogami, professor do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), pela própria natureza a Petrobras é sujeita a intervenções. Tamanho, faturamento e a cadeia produtiva que gira em torno fazem com que a empresa extrapole as fronteiras da sua atividade-fim — pesquisar, prospectar e refinar petróleo.

“As intervenções podem ser voltadas para o controle da inflação, por meio da política de preços de combustíveis; para investir em setores estratégicos, como a exploração do pré-sal; ou para influenciar a balança comercial”, lembra Nogami. “No entanto, tais intervenções podem ter consequências financeiras e impactos mais amplos na economia.

Ricardo Stuckert / PR



Lula escolheu Prates para o comando da petroleira antes mesmo de tomar posse na Presidência. Mas entraram em rota de colisão devido ao destino a ser dado à distribuição de dividendos

Cabe lembrar que a gasolina representa 5,15% no cálculo da inflação e o gás de botijão, 1,07%”, pontuou.

Dividendos

As divergências entre Prates e setores do governo emergiram a partir da discussão sobre a distribuição de proventos pela petroleira — ainda na campanha presidencial de 2022, Lula defendeu que esse recurso deveria ser reinvestido em pesquisa e desenvolvimento. E os ânimos se exaltaram ainda mais porque se aproxima o prazo de 19 de abril para decidir sobre a distribuição dos dividendos extraordinários da empresa — conforme anunciado em 7 de março, quando a Petrobras divulgou o balanço de 2023 e comunicou ao mercado a decisão de não distribuir esses lucros. Não à toa o confronto se acirrou.

Final, são aproximadamente R\$ 43,9 bilhões, o equivalente a R\$ 3,3 por ação. Representa um potencial rendimento em torno de 8% em relação aos preços atuais das ações, caso tais dividendos sejam distribuídos integralmente. Com o aval de Lula, os lucros foram retidos e colocados em um fundo de reserva da estatal.

A decisão foi mal recebida pelos investidores, que viram no gesto sinais de interferência política na companhia. Percepção que foi acompanhada por um movimento maciço de venda das ações da empresa. Em 7 de março, a Petrobras perdeu cerca de R\$ 55,3 bilhões em valor de mercado na Bolsa de Valores (B3).

Para André Colares, CEO da Smart House Investment, “a Petrobras, com sua recente revisão da política de dividendos e um histórico sólido de lucratividade, tem a capacidade de distribuir dividendos extras”. Já o sócio da

Ipê Investimentos Fabio Murad ressalta que “embora a Petrobras tenha potencial para oferecer retornos substanciais, também carrega um nível considerável de risco, em parte devido à sua estreita relação com o governo”.

O economista Volnei Eyang, CEO da Multiplike, crê que há uma forte inclinação do governo para que parte dos dividendos seja distribuída, especialmente considerando a importância desses recursos para alcançar a meta fiscal de déficit zero — a União embolsaria cerca de R\$ 6 bilhões. “Representaria uma injeção significativa de capital”, resume.

Porém, Eyang salienta que o ruído em torno de Prates desestabiliza a empresa. “Rumores de demissão e especulações são vistas como preocupantes para o mercado financeiro, dadas as históricas interferências e políticas controversas adotadas (para a estatal) em mandatos anteriores”, lembra.

Conselho

Já a Petrobras negou, ontem, que a reunião do Conselho de Administração, realizada na sexta-feira, tenha tratado da distribuição dos dividendos extraordinários. “O tema não estava na pauta da reunião e sequer foi mencionado ao longo do encontro entre os conselheiros”, afirmou a companhia em nota. Prates não participou do encontro do colegiado por estar ocupado com outras reuniões, segundo a assessoria de imprensa da empresa.

A pauta da reunião do conselho, de acordo com a empresa, tratou apenas de troca de gerências — Prates teria deixado o voto consignado com o secretário-geral. Vários conselheiros não compareceram, ou entraram remotamente, por se tratar de uma pauta sem questões relevantes. (Com Agência Estado)

Cadeira elétrica

José Varella/CB/D.A Press



JOSÉ EDUARDO DUTRA

Presidente da Petrobras de janeiro de 2003 a junho de 2005, foi acusado pelo ex-presidente do PP, Pedro Corrêa, de ter atuado na gênese do escândalo do petróleo. Dutra morreu em 2015. Uma semana antes do falecimento, que provocou grande comoção no PT, o ministro do STF Teori Zavascki o autorizou a se defender em depoimento à Polícia Federal (PF).

JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI

Esteve à frente da estatal entre junho de 2005 e fevereiro de 2012. Na sua gestão, houve a polêmica compra da refinaria de Pasadena, nos EUA — considerada antiga e ultrapassada. Segundo o Tribunal de Contas da União, o negócio gerou um prejuízo de US\$ 1,24 bilhão, assim contabilizados: US\$ 820,5 milhões do acordo de 2012.



Marcelo Casal Jr./Agência Brasil

Redes sociais



GRAÇA FOSTER

Presidiu a estatal entre fevereiro de 2012 e fevereiro de 2015. Assumiu com a missão de ajustar o balanço da companhia e enfrentou as perdas acionárias com o petróleo. Foi acusada de segurar os preços dos combustíveis para que o governo atingisse a meta de inflação, no primeiro governo da ex-presidente Dilma Rousseff.

ALDEMIR BENDINE

Comandou a Petrobras de fevereiro de 2015 a maio de 2016. No auge da Lava-Jato, ficou preso de julho de 2017 a abril de 2019. Em 2020, foi condenado a seis anos e oito meses de prisão por corrupção passiva. De acordo com a denúncia do Ministério Público Federal, o grupo Odebrecht teria pago a ele R\$ 3 milhões em “vantagens indevidas”.



Marcel Camargo/Agência Brasil

Carl de Souza/AFP



PEDRO PARENTE

Ficou de junho de 2016 a junho de 2018 e criou a política de Paridade com o Preço Internacional (PPI) — que reajustava o combustível conforme a variação do valor internacional do petróleo e o dólar. Desagradou aos caminhoneiros, que bloquearam boa parte das estradas. Pressionado pelo Palácio para que a mobilização tivesse fim, renunciou ao cargo.

ROBERTO CASTELLO BRANCO

Ficou de janeiro de 2019 a abril de 2021 e bateu de frente com Jair Bolsonaro também por causa da política do PPI — que continuava a desagradar os caminhoneiros, base eleitoral do ex-presidente. Depois que deixou a empresa, acusou Bolsonaro de cobrar a derrubada do preço do diesel e de pressioná-lo para que indicasse diretores da estatal.



Vinicius Loures/Agência Câmara

Antônio Cunha/CB/D.A Press



JOAQUIM SILVA E LUNA

Ficou entre abril de 2021 e abril de 2022 e também se desentendeu com Bolsonaro por não alterar o PPI. Foi repreendido publicamente por uma das subidas do preço dos combustíveis — o ex-presidente afirmou que a Petrobras “cometia um crime” contra a população e reclamou do aumento, afirmando que “todo mundo no governo pode ser substituído”.

JOSÉ MAURO FERREIRA COELHO

De abril a junho de 2022, também foi pressionado pelo Palácio a mudar o PPI. A gota d'água foi quando Bolsonaro deu declarações de que pediria ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), a instalação de uma CPI para investigá-lo, aos diretores e o Conselho de Administração da estatal. O deputado ainda acusou Coelho de “terrorismo corporativo”.



Bruno Spada/MME